

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. A contribuição da Legística para uma política de legislação: concepções, métodos e técnicas. *In*: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Legística: qualidade da lei e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2009. pp. 83-102. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/392>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade. Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade. **Guia para elaboração de análise de impacto regulatório (AIR)**. Brasília: Ministério da Economia, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/arquivo/af\\_min\\_guia\\_tecnico\\_plano\\_plurianual\\_alta.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/arquivo/af_min_guia_tecnico_plano_plurianual_alta.pdf). Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais. **Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de análise de impacto regulatório – AIR**. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/diretrizes-gerais-e-guia-orientativo\\_final\\_27-09-2018.pdf/view](https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/diretrizes-gerais-e-guia-orientativo_final_27-09-2018.pdf/view). Acesso em: 2 ago. 2021.

HESPANHA, A. M. Leis bem feitas e leis boas. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, Lisboa, ano 2, n. 1, pp. 619-642, 2013. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013\\_01\\_00619\\_00642.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013_01_00619_00642.pdf). Acesso em: 2 ago. 2021.

LAURENTIIS, L.; DIAS, R. A qualidade legislativa no direito brasileiro: teoria, vícios e análise do caso RDC. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 52, n. 208, pp. 167-187, out./dez. 2015. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/208/ril\\_v52\\_n208\\_p167](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/208/ril_v52_n208_p167). Acesso em: 2 ago. 2021.

PORTUGAL. Assembleia da República. **Guia de Legística para a elaboração de atos normativos**. Lisboa: Assembleia da República, 2020. Disponível em: [https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/AR\\_Regras\\_Legistica.pdf](https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/AR_Regras_Legistica.pdf). Acesso em: 2 ago. 2021.

ROSSET, P. Legística. Texto extraído do artigo “Breve reflexões sobre a Legística, seus aspectos políticos e consolidação de leis”. **Revista do Instituto do Advogado de São Paulo – IASP**, São Paulo, ano 11, n. 22, pp. 181-201, 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/legistica.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SALINAS, N.; SAMPAIO, P.; PARENTE, A. T. A produção normativa das agências reguladoras: limites para eventual controle da atuação regulatória da Anvisa em resposta à

Covid-19. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 58, n. 230, pp. 55-83, abr./jun. 2021. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/230/ril\\_v58\\_n230\\_p55](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/230/ril_v58_n230_p55). Acesso em: 2 ago. 2021.

SOARES, F.; KAITEL, C.; PRETE, E. **Estudos em Legística**. 1. ed. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2019.